

ENTREVISTA Mudanças devem reduzir entre R\$ 270 bilhões e R\$ 310 bilhões de gastos anuais para empresas, diz a Confederação Nacional da Indústria

CNI vê reforma tributária como caminho para cortar o Custo Brasil

OSNI MACHADO

osni.machado@jornaldocomercio.com.br

A reforma tributária sobre o consumo representa uma das principais apostas para enfrentar o chamado Custo Brasil, conjunto de fatores que reduz a competitividade das empresas. Na avaliação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a simplificação do sistema tributário, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), deverá reduzir custos de conformidade, diminuir a litigiosidade, aumentar a segurança jurídica e incentivar novos investimentos.

A entidade estima que o esforço das empresas para cumprir as obrigações tributárias custa entre R\$ 270 bilhões e R\$ 310 bilhões por ano, enquanto o Custo Brasil alcança cerca de R\$ 1,7 trilhão anuais. Em entrevista concedida ao Jornal do Comércio, a especialista em Políticas e Indústria da CNI, Juliana Lucena, destaca que, embora os primeiros benefícios comecem a aparecer a partir de 2027, os efeitos mais amplos deverão ocorrer ao longo da transição para o novo sistema tributário. A principal recomendação da CNI é que as empresas acompanhem de perto o cronograma oficial de implementação da reforma, identificando com antecedência os marcos relevantes para o seu setor.

JC Contabilidade - A reforma tem potencial para reduzir o Custo Brasil?

Juliana Lucena - Sim. Grande parte do Custo Brasil decorre não apenas da carga tributária em si, mas da burocracia e da complexidade do sistema atual — a multiplicidade de tributos, legislações e obrigações acessórias, a insegurança jurídica e o elevado contencioso tributário. Ao unificar PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS em um IVA dual (IBS e CBS), com legislação nacional única, alíquota uniforme e menor número de regimes diferenciados, a reforma tende a simplificar processos, reduzir custos de conformidade e diminuir a litigiosidade, liberando recursos das empresas para atividades produtivas.

Contab - Em quanto tempo os efeitos poderão ser percebidos pela indústria?

Juliana - Com a substituição do PIS/Cofins pela CBS em 2027, já se espera uma diminuição do Custo Brasil, em especial no que diz respeito à cumulatividade e à simplificação, por ser um dos principais tributos discutidos em processos administrativos e judiciais. Entretanto, como o novo sistema será implementado por meio de um longo período de transição, os efeitos mais expressivos sobre o Custo Brasil devem ser sentidos apenas na parte final desse processo, já que, até lá, a indústria ainda conviverá parcialmente com o sistema antigo.

Contab - A CNI estima que o Custo Brasil represente cerca de R\$ 1,7 trilhão por ano. Qual parcela desse valor está relacionada à complexidade tributária?

Juliana - O esforço para honrar tributos no Brasil custa entre R\$ 270 bilhões e R\$ 310 bilhões por ano ao setor produtivo. As empresas dos países da OCDE gastam, em média, 89% menos tempo do que as brasileiras para apurar, declarar e pagar impostos. O problema não reside só no tempo que se gasta para estar em conformidade com o sistema tributário, mas também no peso dos impostos. Na OCDE, o setor produtivo paga, em média, 23,5% a menos de seus lucros em impostos do que no Brasil.

Contab - O IBS e a CBS vão simplificar o cumprimento das obrigações fiscais?

Juliana - Sim, a expectativa da CNI é de uma simplificação relevante tanto na quantidade de obrigações acessórias quanto na complexidade de apuração dos tributos, uma vez que o IBS e a CBS substituem cinco tributos com bases, alíquotas e legislações distintas por um modelo de IVA com regras nacional-

mente unificadas, crédito amplo e recolhimento centralizado, além de contar com um sistema de apuração assistida, alimentado pela emissão de documentos fiscais eletrônicos, no qual as principais informações sobre os novos tributos serão disponibilizadas aos contribuintes.

Contab - Quais ganhos concretos são esperados?

Juliana - Entre os ganhos estão a redução do custo de conformidade tributária, a diminuição da insegurança jurídica associada ao enquadramento fiscal de produtos e serviços, e a mitigação do contencioso administrativo e judicial. É importante reconhecer, contudo, que haverá um custo de adaptação inicial (sistemas, processos internos e equipes precisarão se ajustar ao novo modelo), mas, superada essa fase de transição, o sistema tende a se tornar efetivamente mais simples, transparente e eficiente para as empresas.

Contab - Como a CNI avalia os riscos da transição?

Juliana - A CNI não enxerga a transição como um risco estrutural ao novo modelo, mas reconhece que ela apresenta desafios de adaptação, especialmente para empresas com estruturas tributárias e contábeis mais enxutas, que ainda não incorporaram plenamente as mudanças da reforma ao seu planejamento fiscal e operacional. Conviver simultaneamente com o sistema antigo e o novo, durante os anos de transição, exigirá investimento em sistemas, capacitação de equipes e revisão de processos, impactando a estrutura de conformidade das empresas. Ainda assim, a entidade defende que esse período é necessário para que empresas e governo se ajustem de forma gradual, evitando choques abruptos e preservando a segurança jurídica ao longo do processo.

Contab - Como a regulamentação da reforma pode influenciar os investimentos industriais?

Juliana - A CNI entende que a reforma, se bem regulamentada, deve estimular fortemente os investimentos produtivos, corrigindo uma das maiores distorções do sistema atual: a oneração do próprio investimento. Hoje, a empresa que decide investir acaba pa-



MICHELLE FIORAVANTI/CNI/DIVULGAÇÃO/JC

Para Juliana, transição poderá impulsionar os investimentos industriais



Grande parte do Custo Brasil decorre não apenas da carga tributária em si, mas da burocracia e da complexidade do sistema atual

gando tributos por isso, como no caso do crédito de ICMS sobre bens do ativo imobilizado, que só é integralmente apropriado ao longo de 48 meses, e os serviços contratados na fase de construção, tributados pelo ISS, são incorporados como custo, já que esse imposto não gera crédito.

Contab - Como a reforma tributária pode tornar os investimentos industriais mais competitivos?

Juliana - Um estudo da CNI em parceria com a Ernst & Young mostrou que esse tipo de distorção eleva o custo final de um mesmo projeto de investimento industrial no Brasil em cerca de 10,6%, contra apenas 1,7% na Austrália, 1,6% no México e 0,4% no Reino Unido, evidenciando uma desvantagem competitiva expressiva. Ao garantir crédito amplo e imediato sobre bens de capital e desoneração plena dos investimentos, a regulamentação da reforma tende a reduzir esse custo impli-

cito, tornando o Brasil mais atrativo para novos projetos industriais.

Contab - A elevada despesa pública pode comprometer os benefícios da reforma?

Juliana - Por ora, e especialmente ao longo do período de transição, não se espera aumento da carga tributária relacionada à reforma, já que o modelo foi desenhado com uma trava que limita a alíquota de referência dos novos tributos ao mesmo patamar de arrecadação dos tributos extintos.

Contab - O desequilíbrio fiscal pode pressionar o aumento da carga tributária após o fim da transição?

Juliana - Sim, a CNI alerta que o desequilíbrio fiscal persistente, com a despesa pública crescendo de forma recorrente, pode pressionar por elevações de arrecadação e de carga tributária nos anos posteriores ao fim da transição, período que não é mais protegido pela trava fixada na reforma. Esse é um ponto de atenção institucional da CNI, que tem defendido, inclusive junto a candidatos e formuladores de política, a necessidade de compromisso com a responsabilidade fiscal e com o Novo Arcabouço Fiscal, de modo que os ganhos de eficiência conquistados pela reforma tributária do consumo não sejam neutralizados por uma elevação da carga tributária total no médio prazo.



O problema não reside só no tempo que se gasta para estar em conformidade com o sistema tributário, mas também no peso dos impostos